

O Bloco de Esquerda critica o Governo Regional por incentivar o regresso da 'sorte varas' às touradas nos Açores e alerta que este é mais um retrocesso que a coligação de direita quer implementar na Região. A 'sorte de varas' é uma prática que consiste em picar o touro de forma bastante violenta, causando danos musculares e neurológicos gravíssimos.

O secretário regional da Agricultura referiu hoje, na abertura de um encontro internacional que decorre na Terceira, as vantagens da atual "arquitetura política do parlamentar" – com vários partidos e sem maiorias – para reintroduzir a 'sorte de varas' nos Açores, e desafiou mesmo "a Tertúlia a avaliar e sondar a possibilidade de isto voltar ao parlamento regional".

O Bloco de Esquerda considera que está em causa mais um retrocesso civilizacional pelas mãos da coligação de direita, que se junta a retrocessos recentemente concretizados como a reintrodução da utilização de herbicidas com glifosato – perigoso para a saúde e para o ambiente – e as exceções que permitem a pesca lúdica em áreas marinhas protegidas.

A 'sorte de varas' é um ato de crueldade para com os animais que não pode ser tolerado e pode também ter efeitos negativos na imagem nacional e internacional dos Açores, que se pretende afirmar como destino de natureza, o que não se coaduna com a realização de espetáculos que têm por base o sofrimento extremo de um animal.

O Bloco apela à mobilização da sociedade contra a intenção de permitir o regresso da 'sorte de varas' aos Açores, hoje manifestada pelo secretário regional da Agricultura, e salienta que é importante não desvalorizar o passo dado hoje por este membro do governo, até porque o atual presidente do governo regional, José Manuel Bolieiro, foi um dos subscritores da proposta de 2009, que queria precisamente legalizar esta prática nos Açores.

Em 2002, o parlamento dos Açores aprovou a realização de "sorte de varas", mas o diploma acabou por ser travado pelo Tribunal Constitucional. Em 2009, já depois da aprovação do novo Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, a proposta voltou a ser votada em plenário, tendo sido rejeitada por uma pequena margem, com 26 votos a favor, 28 contra e duas abstenções.

23 de janeiro de 2025

---